

RENDA BRUTA

ABISMO SALARIAL

Remunerações no setor público são quase o dobro dos ganhos na iniciativa privada. Diferença de renda ocorre até em cargos que exigem mesma formação profissional



▲ **MIKAELLA CAMPOS**
mikaella.campos@redegazeta.com.br

Em um país cercado de desigualdades sociais, o mercado de trabalho formal tem contribuído para perpetuar as diferenças e, inclusive, acentuá-las. Mesmo que cerca de 60% dos servidores públicos e empregados do setor privado vivam com uma renda inferior a R\$ 2 mil por mês no Espírito Santo, uma pequena parcela da força de trabalho, inserida no funcionalismo, exerce alta pressão na massa salarial capaz de criar distorções e alargar o abismo que separa esses dois perfis de trabalhadores.

Em média, os servidores federais, municipais e estaduais ganham R\$ 4.027,76 por mês, quase o dobro do restante da população de carteira assinada, que vive com um salário médio de R\$ 2.044,09.

Os números provam como os servidores estão no topo da escada salarial. Entre as 71 mil pessoas com renda acima de R\$ 5 mil, 40.699 têm emprego público. Esses representam apenas 4,87% da população do mercado formal, apesar de deterem 20% de toda a movimentação salarial capixaba.

Entre as 22.687 pessoas que ganham acima de R\$ 10 mil por mês, 66%, ou seja, 15.103 indivíduos, são servidores públicos.

Para conhecer a fundo o retrato do

mercado formal capixaba e entender as disparidades, o G.Dados, grupo de jornalismo de dados da Rede Gazeta, em conjunto com a equipe de Tecnologia da Informação da empresa, analisou os microdados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2017, da Secretaria do Trabalho, do Ministério da Economia. O levantamento revela que os servidores públicos fazem parte da população formalizada mais rica do Estado.

Dos 873 mil profissionais com contratos ativos ao final do ano avaliado, 195.144 eram servidores públicos ou funcionários de estatais. Ao todo, em 2017, foram pagos R\$ 2,06 bilhões em salários. Ainda que representem apenas 22% do mercado formal, o funcionalismo foi dono de 37% da massa salarial capixaba, aproximadamente R\$ 783 milhões.

As diferenças entre o público e o privado se expandem quando se segrega os grupos de servidores por esfera administrativa e

por poder. Empregados do Judiciário federal, por exemplo, chegam a ter uma remuneração quase oito vezes maior do que aqueles que estão no setor privado. Recebem, em média, R\$ 15,7 mil por mês.

Os funcionários do Executivo federal concentram o segundo maior salário, quase sete vezes maior que a renda do trabalhador celetista, com vencimentos médios de R\$ 13,9 mil.

A Justiça estadual tem a terceira maior remuneração média (R\$ 12.718), seis vezes maior do que dos assalariados. Já o Executivo estadual tem um salário médio de R\$ 9,7 mil, quatro vezes maior do que dos contratados pela CLT.

G. DADOS

É o grupo de jornalismo de dados da Rede Gazeta, que tem como objetivo qualificar e ampliar a produção de reportagens baseadas em dados na Redação Multimídia. O jornalismo de dados é o processo de descobrimento, coleta, análise, filtragem e combinação de dados com o objetivo de construir histórias. É mais uma ferramenta para reforçar e embasar a produção de notícias.

DIREITOS DISTINTOS

A economista Arilda Teixeira, professora da Fucape, diz que o setor público e o privado seguem lógicas diferentes para fixarem salários. “No funcionalismo, a remuneração não é definida pela produtividade nem pela eficiência. Não segue uma lógica do mercado e sim um modelo com foco político, principalmente na hora de conceder reajustes. Foram aumentos sem planejamento que também contribuíram para o país estar no estágio de endividamento que passa agora.”

Segundo ela, a iniciativa privada, ao estipular as remunerações, avalia o retorno que a mão de obra traz para a empresa

FUNÇÕES IGUAIS, SALÁRIOS DIFERENTES

Veja a remuneração de algumas profissões nos setores privados e público

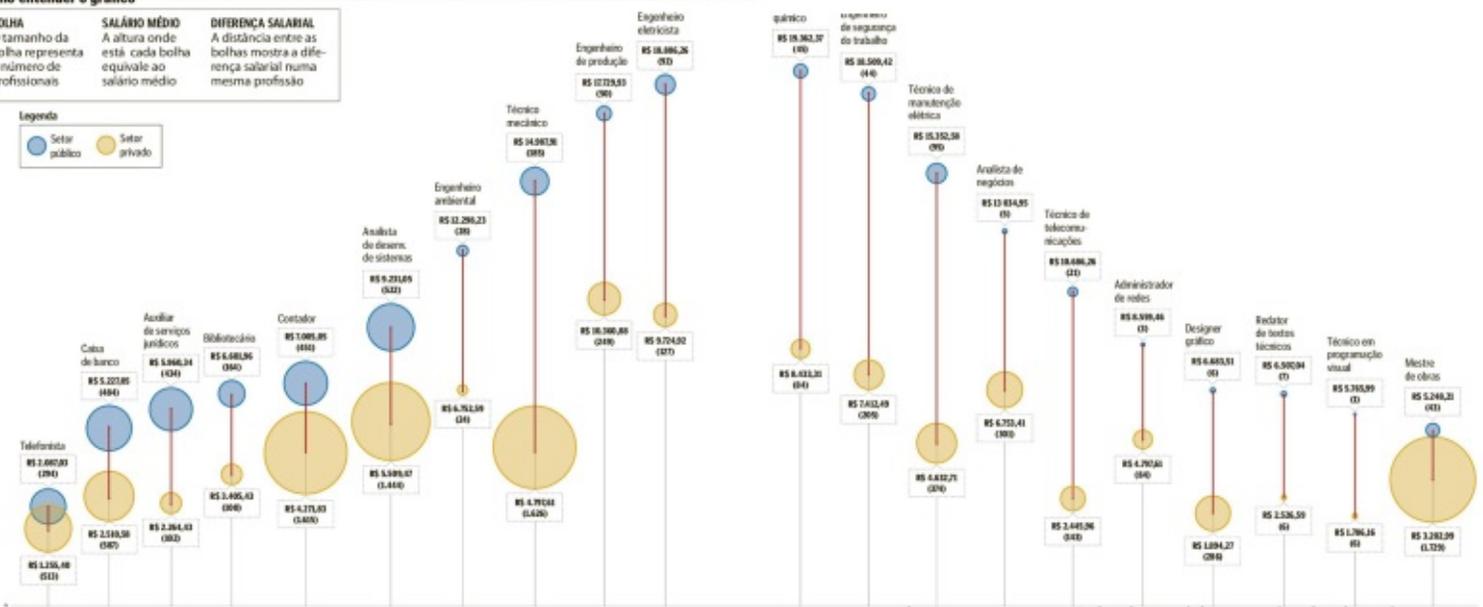
Como entender o gráfico

BOLHA
O tamanho da bolha representa o número de profissionais

SALÁRIO MÉDIO
A altura onde está cada bolha equivale ao salário médio

DIFERENÇA SALARIAL
A distância entre as bolhas mostra a diferença salarial numa mesma profissão

Legenda
● Setor público
● Setor privado



e o custo que ela gera, o que não ocorre dentro do poder público. Os salários no funcionalismo não levam em consideração o desempenho do profissional.

A estrutura do segmento público, de acordo com o pesquisador da FGV Social, Marcelo Neri, contribui para agravar o isolamento da categoria em relação ao restante da população. “Os altos salários no funcionalismo são sinal de que há uma elite sendo privilegiada, contribuindo para as desigualdades. É preciso dar limite a esse

processo que consome recursos públicos e, de alguma forma, inibe o investimento, atrapalha o ambiente de negócios e provoca uma série de instabilidades”, opina, ao acrescentar que esse mesmo modelo acaba se repetindo no sistema previdenciário, sendo, assim, imprescindível uma reforma para igualar os direitos.

A economista da OPE Sociais, Danielle Nascimento, explica que o serviço público e o setor privado têm fundamentos diferentes na hora de remunerar o funcionário. “As empresas avaliam a produtividade, a capacidade que uma pessoa tem para determinada função, além da escolaridade. Já os órgãos públicos definem os salários por critérios legislativos”, destaca.

A especialista em serviço público e diretora pedagógica do Centro de Evolução Profissional, Ivone Goldner, traz outros argumentos para explicar as diferenças. “O vencimento básico do servidor não é alto. Pode, muitas vezes, ser até abaixo do que o profissional poderia receber na iniciativa priva-

da. Na medida que a pessoa vai se qualificando, alguns valores, por previsão legal, somam-se à remuneração-base. Ele, contudo, precisa sempre reciclar os conhecimentos para manter os benefícios.”

Ivone lembra ainda que o funcionalismo tem certas limitações. “Na iniciativa privada, a pessoa tem possibilidade de ir galgando mais espaço. Em tese, pode alcançar as principais funções de uma empresa. Isso no serviço público é mais complicado. A maioria vai ficar no cargo em que entrou. Até pode ganhar muito bem na função. Mas nunca conseguirá avançar. É muito difícil alguém ficar rico sendo servidor público”, opina.

RENDA SEPARA IGUAIS

A formação educacional dos dois públicos também ajuda a compreender as diferenças salariais entre as categorias, explica a especialista Danielle. A Rais mostra que quase 55% dos servidores públicos (106 mil pessoas) têm curso superior completo, sendo que, desses, 11% fizeram depois mestrado ou doutorado.

No setor privado, apenas 76 mil trabalhadores, 11% de toda mão de obra desse segmento, têm curso superior completo. Mestrado e doutorado são títulos que compõem o currículo apenas de 0,4% desse público.

Embora a escolaridade seja um dos fatores para aumentar a separação salarial entre servidores públicos e trabalhado-

CALCULADORA DA DESIGUALDADE

Veja no Gazeta Online se com o salário que ganha você está entre a população mais pobre ou se faz parte de um pequeno grupo dos mais ricos do Estado. A ferramenta está disponível no Gazeta Online, no link leia.ag/calculadora.

res da iniciativa privada, o argumento não vale para todos os casos, principalmente quando se analisa profissões que exigem a mesma formação.

A Rais usa a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para dividir os trabalhadores por área de atuação. Uma mesma profissão pode ter vários registros na base de dados, mas, a partir dessa apresentação, é possível conhecer profissionais que exercem exatamente a mesma função no setor público e privado. A partir dessas informações, foi possível descobrir algumas carreiras no funcionalismo que recebem um salário até três vezes maior.

O técnico de telecomunicações do setor de telefonia, por exemplo, que na iniciativa privada tem um salário de R\$ 2.445,96, consegue alcançar uma renda média de R\$ 10.686,26 nos órgãos públicos instalados no Estado.

A variação salarial do designer gráfico também destoa. Enquanto nas empresas o profissional tem uma renda média de R\$ 1.894, no setor público a renda sobe para R\$ 6.683,51.

Em carreiras de curso superior, como engenharia, a diferença é mais que o dobro maior. O engenheiro de segurança no setor público recebe em média R\$ 18.509,42. Já no setor privado, R\$ 7.412,49.

Entre funções que exigem baixa escolaridade também há diferenças salariais. Os vencimentos de um faxineiro empregado numa empresa de asseio e conservação sai em média por R\$ 1.184,40. Já esses profissionais contratados diretamente pelos órgãos públicos conseguem remuneração até 25% maior (R\$ 1.476,35).

Ciro Soares, 32 anos, há três trabalha como auxiliar de serviços gerais em um condomínio de Vitória. Entrou nessa profissão após ficar desempregado. Durante dez anos, foi auxiliar de guindaste, mas acabou dispensado após a empresa na qual tinha vínculo ter perdido um grande contrato.

Como estava sem qualquer renda, Ciro foi indicado para uma vaga na empresa especializada em atender prédios residenciais. “Eu ganhava muito mais na outra profissão. Mas a gente não escolhe o serviço”, afirma o profissional que ganha, líquido, um pouco mais de um salário mínimo e se indigna com as desigualdades.

Ele pensa em voltar a estudar no futuro, fazer um curso técnico em Elétrica ou Automação, para tentar melhorar sua situação financeira. Hoje, no entanto, ele não tem condições de pagar. Mais de 60% da sua renda é para quitar as prestações de um lote que comprou em 171 vezes.

“Com o restante do meu salário, faço as compras de comida. O restante das contas, como o aluguel de R\$ 500, quem paga é minha mulher. Ela trabalha como cabeleireira e manicure. Alguns meses consegue tirar um bom dinheiro, mas os ganhos variam muito”, conta Ciro, que tem dois filhos e dois enteados com idades entre 1 e 11 anos.

FERNANDO MADEIRA



Ciro quer voltar
a estudar para
tentar melhorar
sua situação
financeira

RENDA BRUTA

FALHA NA EDUCAÇÃO BARRA SALÁRIOS MAIS ALTOS

Números mostram que maioria dos trabalhadores tem ensino médio, mas mercado procura algo além

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redegazeta.com.br

A distribuição desigual da riqueza no mercado de trabalho formal tem sido alimentada por um sistema tributário injusto e pelas ilhas de privilegiados, mas é a educação de baixa qualidade, segundo especialistas, que tem minado ainda mais as chances de a mão de obra se desvincular dos baixos salários e ter um avanço real na renda, alcançando um padrão de vida de mais qualidade.

É consenso que são as pessoas com baixa escolaridade que recebem os menores salários. Mas o nível escolar sozinho não é capaz de explicar tudo. O problema vai além do currículo. Está mais atrelado à capacidade de a pessoa aproveitar o que aprendeu na escola para ampliar os conhecimentos no mundo profissional e entregar um produto que o mercado de trabalho precisa.

Levantamento feito pelo G.Dados, a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2017, decifra o perfil das pessoas que atuam no mercado formal. O Espírito Santo tem 565 mil pessoas, entre trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público, com renda menor que R\$ 2 mil. Mais da metade desse grupo, 306 mil, têm ensino médio completo.

Quase 200 mil não completaram os estudos. Desses, 77.348 não estudaram nem até o nono ano (antiga oitava série), 1.914 são analfabetos. Outros 66 mil pararam de ir à escola ao concluir o ensino fundamental.

“O motivo de baixos salários é a qualidade do nosso ensino. É ruim. As pessoas têm titulação de ensino médio, mas não contam com o desenvolvimento cognitivo necessário para desempenhar bem as funções dentro de uma empresa. Como entregam pouco, têm baixos salários. É com o rendimento do funcionário que o patrão sabe se esse profissional é caro ou barato”, explica a economista e professora da Fucape, Arilda Teixeira. “O trabalhador precisa gerar valor. Mas muitos não conseguem pagar seu salário com o seu trabalho. Somente quando é qualificado cumprem com sua missão. O ensino de qualidade é imprescindível para mudar esse quadro”, analisa.

Chama atenção, no entanto, um determinado grupo de profissionais entre aqueles com os menores salários. Há gente com diploma de faculdade, mestrado ou mesmo doutorado. Juntos, são 43.540 profissionais nessa situação, vivendo com um salário menor que R\$ 2 mil por mês.

Segundo Arilda, ter uma faculdade ou

mesmo um curso de pós-graduação nem sempre é a solução para se empregar e conquistar salários mais altos. “Existem muitos cursos fajutos. As pessoas procuram emprego na área de estudo, mas não encontram. Acabam se empregando em vagas inferiores”, destaca.

A economista Danielle Nascimento, da OPE Sociais, diz que o ensino no país até progrediu, mas não trouxe aumento da produtividade. “É necessário ainda ter um casamento entre a qualificação e escolaridade do trabalhador. Às vezes, as habilidades que uma pessoa ganhou não se convertem em oportunidades.”

O pesquisador da FGV Social, Marcelo Neri, usa outros dados para explicar a baixa renda do trabalhador capixaba. “O Espírito Santo apresentou uma evolução, quando se analisa a Pnad (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio). Passou do 11º em 2012 para o 10º Estado mais rico do país. Não é algo espetacular, mas é uma ascensão”, explica, ao dizer ainda que a base de dados da Rais traça apenas o cenário do mercado formal, que é composto, de acordo com ele, por uma elite brasileira diante da insistente crise econômica. “O emprego de carteira assinada caiu bastante. A maioria das pessoas está na informalidade. Nesse grupo, a renda é ainda menor”, destaca Neri.

O especialista fala também que a realidade capixaba está um pouco abaixo da nacional, mas bem perto da média. “O Espírito Santo tem o copo meio cheio ou meio vazio. Depende do ponto de vista. Assim como o Brasil, não é uma região rica nem pobre. Está na média. A situação seria ainda pior para o Estado se não houvesse uma preocupação com o quadro fiscal. Haveria mais desemprego e os salários seriam ainda menores do que os vistos hoje no mercado formal”, destaca.

Outro problema, na visão dele, é a falta

de uma educação voltada para o mercado de trabalho. “O ensino é fundamental para cidadania, mas muitos pontos ensinados nas escolas não contribuem para a produtividade.”

A atual crise na educação pode ter reflexos nos vencimentos dos trabalhadores, segundo a professora da FGV, Cláudia Costin, especialista em ensino. Em evento da ONG ES em Ação, realizado na Rede Gazeta, no dia 21 maio, ela disse que a desigualdade social brasileira atingiu o pior índice da história. “Precisamos enfrentar isso. É a falta da educação a responsável por baixos salários. É ela quem promove o nascimento da injustiça social e da criminalidade.”

O quadro de baixos salários, na visão dela, deve mudar no curto prazo para algo ainda mais grave se não houver investimento em qualificação. “Muitas vagas de trabalho vão acabar, algumas profissões vão morrer. A sobrevivência do trabalhador vai depender de sua formação técnica, mas também das competências cognitivas e socioemocionais.”



ENTENDA O NOSSO TRABALHO

► Por que fizemos esta reportagem?

A intenção da reportagem foi conhecer a realidade salarial do Espírito Santo e identificar as desigualdades e o motivo de as remunerações serem tão baixas no Espírito Santo.

► Como apuramos as informações?

Todo ano as empresas privadas, públicas, órgãos do Executivo, Judiciário, Legislativo de todas as esferas (federal, municipal e estadual) precisam enviar à Secretaria do Trabalho, do Ministério da Economia, a Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Nós pegamos os microdados (menor fração de um dado coletado em uma pesquisa que retrata cada trabalhador). A reportagem foi construída a partir da análise dessas informações.

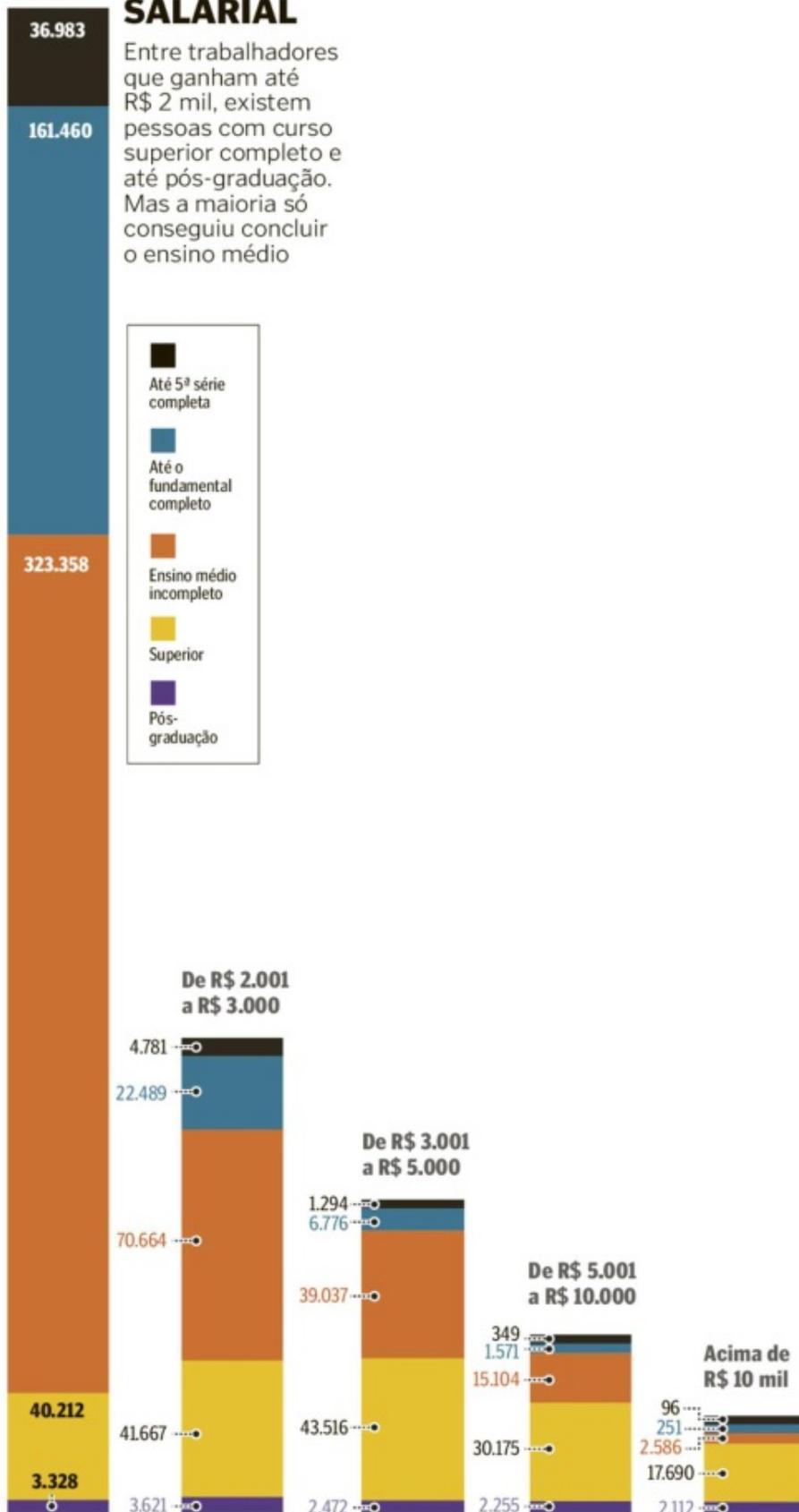
► O que fizemos para garantir o equilíbrio?

Além de usar os dados para comprovar um cenário, a reportagem procurou especialistas em mercado de trabalho que apontaram os motivos para a existência da desigualdade no campo profissional.

Até
R\$ 2.000

DISTRIBUIÇÃO SALARIAL

Entre trabalhadores que ganham até R\$ 2 mil, existem pessoas com curso superior completo e até pós-graduação. Mas a maioria só conseguiu concluir o ensino médio



A cara de quem busca emprego e não acha

As marcas da recessão são visíveis no mercado de trabalho e profundas entre os trabalhadores com baixa escolaridade. A insistente crise econômica tem sido cruel principalmente com os profissionais que não conseguiram completar os estudos. No período pré-crise, o Estado tinha 951.948 postos de trabalho. O número total de pessoas empregadas, no entanto, caiu para 873.000 em 2017: uma redução de 78.948 vagas.

O grupo mais afetado pelas demissões em massa que ocorreram nos últimos anos, reflexos da retração da atividade econômica, foi o de profissionais que não chegaram a fazer o ensino médio. Mais de 77 mil vagas ocupadas por esses trabalhadores foram erradicadas, 66% do total das colocações extintas no Estado.

O pedreiro Antônio Araújo de Jesus, 45 anos, é uma prova disso. Ele estudou até o primeiro ano (antiga segunda série) do ensino fundamental. Foi demitido durante a crise e até agora só consegue alguns bicos na área de construção civil. A renda é inferior a um salário mínimo por mês. “É um emprego sem vale-transporte, sem comida. Tiro do meu bolso para vir trabalhar”, conta o profissional que é pai de duas crianças ainda em idade escolar.

Baiano, ele veio para o Espírito Santo em busca de emprego na construção civil. “Fui atraído para cá. Tinha muita obra. A gente escolhia o trabalho. Não era o trabalho que escolhia a gente. Agora está tudo o contrário”, conta.

Ele acredita que a baixa escolaridade tem o atrapalhado na busca de vagas. “Meu sonho é concluir os estudos e voltar a trabalhar de carteira assinada. Ter direito a 13º salário, férias... Hoje, não te-

nho nada disso.”

História semelhante é a do flanelinha Sérgio Augusto Correa da Conceição, 48 anos. Ele já trabalhou com carga e descarga, com limpeza e como repositor. Há cinco anos não consegue nada fixo e ele acredita que o fato de ter apenas completado o sétimo ano (antiga sexta série) atrapalha a conseguir um emprego formal. “Eu queria voltar a trabalhar em supermercados. Gosto de mexer com as pessoas, além de ser algo certo e garantir alguns direitos.”

Ter o ensino médio completo não livrou também outros trabalhadores do desemprego, que perderam 30.838 postos de serviço no mesmo período. Mesmo aqueles que cursavam a faculdade (1.956) foram atingidos pelo fechamento de empregos.

Num movimento contrário, contudo, o número de trabalhadores com curso superior mestrado e doutorado cresceu mesmo na crise. Para eles, 16.775 portas se abriram no período, ocupando o lugar, em alguns casos, dos menos escolarizados.

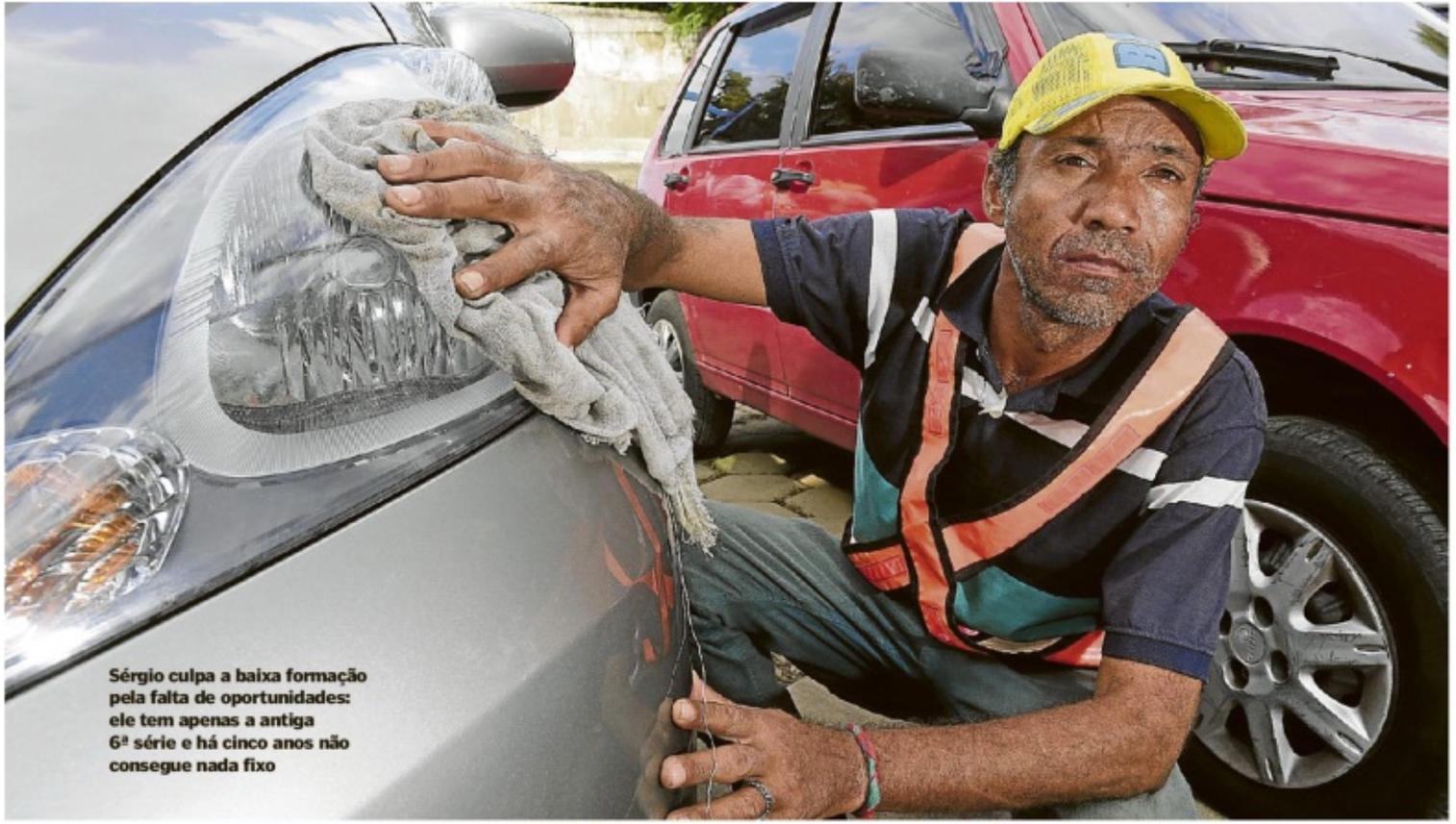
Gazetaonline.com.br

A série de reportagens “Renda bruta” será publicada até a próxima sexta-feira em A GAZETA, mas o conteúdo completo já está no Gazeta Online.

leia.ag/calculadora

Participaram desta edição:

Coleta de dados: Bruno Bastos Stoll, da TI da Rede Gazeta. Análise de dados: Bruno Bastos Stoll e Mikaella Campos. Colaboração: G.Dados. Infografia: Marcelo Franco e Genildo. Diagramação: Alessandra Leite
Edição: Joyce Merigueti e Vitor Ferri



Sérgio culpa a baixa formação pela falta de oportunidades: ele tem apenas a antiga 6ª série e há cinco anos não consegue nada fixo



Antônio, que estudou até a 2ª série do ensino fundamental, foi demitido na crise e só consegue alguns bicos